



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2025

SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

CONTRATANTE (UASG 153029)

NÚCLEO REGIONAL OESTE - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

Processo Administrativo nº 23064.041047/2025-41

Torna-se público que a UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - NÚCLEO REGIONAL OESTE, UASG 153029 - CAMPI MEDIANEIRA, SANTA HELENA E TOLEDO, por meio do Departamento de Materiais e Patrimônio (DEMAP-TD) do *Campus Toledo/PR*, sediado na Rua Cristo Rei, 19, Vila Becker, CEP. 85.902-490, na cidade de Toledo - PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 30 de setembro de 2025.

Horário: 09h00.

Local: Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR GRUPO

Modo de disputa: ABERTO

Valor estimado da contratação: R\$ 532.693,40 (quinhentos e trinta e dois mil seiscentos e noventa e três reais e quarenta centavos).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados com fornecimento de peças, ambos sob demanda, de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos laboratoriais relacionados com as áreas da química, biologia, alimentos, agrárias, ambiental, eletrônica, civil, mecânica, computação e afins, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para os Campi da UTFPR - Medianeira/PR, Santa Helena/PR e Toledo/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em GRUPOS (composto com item Serviço e item Peças) conforme a tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.

1.3. Não haverá disputa para os itens PEÇAS nos grupos, pois serão adquiridas por meio da apresentação de três orçamentos de acordo com as necessidades, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da

habilitação.

2.5. Para os Grupos 01 (itens 01, 02), 02 (itens 03 e 04), 03 (itens 05 e 06), 04 (itens 07 e 08) e 05 (itens 09 e 10) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do [Decreto n.º 8.538, de 2015](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela [Lei nº 12.546, de 2011](#), as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da [Lei nº 14.973, de 2024](#), aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.8. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do [art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#), após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no [art. 9ºa e 9º-b da lei nº 12.546, de 2011](#), com a redação dada pela [Lei nº 14.973, de 2024](#).

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.9.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.9.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.10. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), a pessoa jurídica:

4.10.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.10.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.10.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º](#) da referida lei;

4.10.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º](#) da referida lei;

4.10.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º](#) da referida lei;

4.10.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.10.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.10.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.10.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.10.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.10.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do(s) item(ns) SERVIÇO(OS) por grupo;

5.1.1.1. Não haverá disputa para os itens PEÇAS nos grupos, pois serão adquiridas, sob demanda, por meio da apresentação de 3 (três) orçamentos de acordo com as necessidades, devendo a licitante participante replicar o valor unitário e o quantitativo informados no Termo de Referência na proposta.

5.1.2. Marca, quando for o caso;

5.1.3. Fabricante, quando for o caso;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo apresentado no Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação;

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos nos itens no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode

ensajar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, observando o contido nos itens 5.1.1 e 5.1.1.1.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do [§ 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), incluído pela [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024](#).

6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na

disposição anterior será de 20%, nos termos do [§ 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), incluído pela [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024](#).

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do [art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.22. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.23. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência ([art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015](#)).

6.26. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.26.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.26.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.26.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.26.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de

enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.27. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.27.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.27.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.27.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.27.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme [Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023](#);

6.27.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme [Decreto nº 12.304, de 2024](#).

6.27.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.27.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.27.2.2. empresas brasileiras;

6.27.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.27.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.27.3. Permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o previsto no item 6.27.1, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados conforme preconizado nos termos do [§ 2º do artigo 28 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#), incluído pela [IN SEGES/MGI nº 79, de 2024](#).

6.27.4. Por meio de mensagem no *chat* do sistema, será divulgado a data, local e horário de realização do sorteio entre os licitantes empatados, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.27.5. Na sessão de sorteio deverão estar presente, no mínimo, o pregoeiro e mais 02 (duas) testemunhas de apoio técnico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

6.27.5.1. Serão observadas a seguinte sequência de procedimentos para a realização do(s) sorteio(s):

I - os nomes das licitantes que se encontram em situação de empate serão consignados em papelotes individuais, devidamente registrados em tipografia legível e de fácil visualização;

II - antes do sorteio, deverão ser demonstrados a todos os participantes presentes na sessão o conteúdo impresso dos papelotes individuais, de maneira a assegurar a transparência e a equidade do procedimento;

III - os papelotes individuais serão dobrados de modo a evitar a prévia e indevida identificação dos licitantes;

IV - os papelotes serão introduzidos em um recipiente adequado para realização do sorteio, e em conformidade com as circunstâncias e as necessidades da sessão, poderá ser utilizada a mão humana ou outros recipientes que viabilizem a mistura dos papelotes individuais;

V - após a devida mistura dos papelotes individuais, um servidor de apoio técnico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) procederá o sorteio, e, imediatamente após a seleção, o resultado do vencedor será divulgado a todos os participantes da sessão;

VI - os papelotes individuais restantes no recipiente destinado à realização do sorteio serão, em sequência, prontamente retirados, e durante esta etapa, os nomes dos licitantes não sorteados serão apresentados a todos os participantes da sessão, a fim de assegurar a lisura do sorteio;

VII - a sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, o registro do resultado do(s) sorteio(s) será divulgado por meio de mensagem no *chat* do sistema e na ata que será gerada da sessão pública do pregão e ficará disponibilizada para consulta à todos os interessados no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

VIII - após o encerramento da sessão e dos procedimentos apontados no subitem 6.27.5.1 (*I* - *VII*) será elaborada ata com as assinaturas dos presentes na sessão relatando os procedimentos realizados, o resultado do(s) sorteio(s) e a sua posterior inclusão no processo SEI da licitação.

6.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.28.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade conforme critérios definidos no Termo de Referência.

6.28.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.28.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.28.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (quatro) horas**, envie a

proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.28.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do [art. 12](#) da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. a inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Ajustes, se limitam a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.1. Considera-se erro passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando for o caso.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a

avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio admitido por direito.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133/2021](#).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes. Vide item 4.33 do Termo de Referência.

8.12. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.13. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **4 (quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes

encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

8.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.15.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **4 (quatro) horas**, para:

8.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.17.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.18. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139](#) da mesma Lei.

9.4.4. Os prazos previstos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.utfpr.edu.br/acesso-a-informacao/pesquisa-publica-sei>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando solicitado e quando for o caso;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa poderá ser recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos) por cento a 30% (trinta) por cento incidente sobre o valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa poderá ser de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9 a multa poderá ser de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail demap-td@utfpr.edu.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo

Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Toledo/PR, Seção Judiciária de Toledo/PR - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Edital e seus anexos que não possam ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no endereço eletrônico: <https://www.utfpr.edu.br/aceso-a-informacao/pesquisa-publica-sei> (pesquisar por Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UASG 153029, Edital nº 90017/2025), e também poderão ser lidos e/ou obtidos pelo e-mail demap-td@utfpr.edu.br, em dias úteis, no horário de Brasília - DF das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.12.2. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

13.12.3. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

13.12.4. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços;

13.12.5. ANEXO IV - Atestado de Vistoria Técnica;

13.12.6. ANEXO V - Declaração de Renúncia à Vistoria Técnica.

Medianeira, 11 de setembro de 2025.

[Assinatura da autoridade competente]



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **RAFAEL PEDRINI, ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**, em (at) 11/09/2025, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5195418** e o código CRC (and the CRC code) **5923BC42**.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

[Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2025

PROCESSO Nº 23064.041047/2025-41

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos laboratoriais relacionados com as áreas da química, biologia, alimentos, agrárias, ambiental, eletrônica, civil, mecânica, computação e afins, com fornecimento de peças, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição do item	CATSER/CATMAT	Unidade de Medida	Quantitativo estimado Total	Valor médio unitário	Valor total do item	Valor estimado Total do Grupo
1	1	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de uso doméstico	16314	Hora técnica	120	R\$ 195,00	R\$ 23.400,00	R\$ 47.400,00
	2	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de uso doméstico. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	619311	Unidade	120	R\$ 200,00	R\$ 24.000,00	
2	3	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de instrumentação eletrônica	16314	Hora técnica	60	R\$ 155,00	R\$ 9.300,00	R\$ 18.300,00
	4	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de instrumentação eletrônica. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	45	R\$ 200,00	R\$ 9.000,00	
3	5	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos didáticos de automação e controle	16314	Hora técnica	60	R\$ 202,50	R\$ 12.150,00	R\$ 20.150,00
	6	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de automação e controle. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	40	R\$ 200,00	R\$ 8.000,00	
4	7	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Kits didáticos de eletrônica e robótica	16314	Hora técnica	60	R\$ 295,00	R\$ 17.700,00	R\$ 24.700,00
	8	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Kits didáticos de eletrônica e robótica. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	35	R\$ 200,00	R\$ 7.000,00	
5	9	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC Por Demanda	16314	Hora técnica	90	R\$ 305,00	R\$ 27.450,00	R\$ 38.450,00

10	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	55	R\$ 200,00	R\$ 11.000,00	
6	11 Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos Energéticos	16314	Hora técnica	490	R\$ 393,66	R\$ 192.893,40	
	12 Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos Energéticos. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	330	R\$ 200,00	R\$ 66.000,00	R\$ 258.893,40
7	13 Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos didáticos de audiovisual	16314	Hora técnica	160	R\$ 530,00	R\$ 84.800,00	
	14 Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de audiovisual. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	200	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00	R\$ 124.800,00

IMPORTANTE: Caso haja informações divergentes entre o site Comprasnet e o Termo de Referência, serão consideradas as informações da tabela do item 1.1 no Termo de Referência.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: No Comprasnet não haverá disputa para os itens (PEÇAS) 2, 4, 6, 8, 10, 12 e 14 que serão adquiridos por meio da apresentação de três orçamentos de acordo com as necessidades.

Descrição dos tipos de equipamentos laboratoriais que pertencem a cada grupo.

Grupo	Categoria de Equipamentos	Equipamentos contemplados na categoria
1	Equipamentos de uso doméstico	Micro-ondas, liquidificador, batedeira, forno elétrico e a gás, multiprocessador de alimentos, churrasqueira elétrica, chapa para fritar hambúrguer, fogão a gás, fritadeira elétrica e a gás, mixer, moedores, cilindro elétrico, refresqueira, cafeteira, extrator de suco, estufa de salgados, buffet térmico, descascador de alimentos,
2	Equipamentos de instrumentação eletrônica	Fonte de painel, Fonte de bancada, Multímetro, Alicates Amperímetro, Alicates Wattímetro, Estação de solda com ferro, Estação de solda à ar, Osciloscópio, Gerador de funções, Medidor LCR digital
3	Equipamentos didáticos de automação e controle	Soft-starter, Inversor de frequência AC, Conjunto para ensino de CLP, Estação de trabalho NI ELVIS.
4	Kits didáticos de eletrônica e robótica	Kit LEGO MINDSTORMS NXT, kit montagem robô móvel.
5	Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC	Impressora / extrusora 3D de filamentos plásticos, impressoras 3D de resina
6	Equipamentos Energéticos	Nobreak
7	Equipamentos didáticos de audiovisual	Projetores multimídia

Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Grupo	Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quantitativo estimado Medianeira/PR	Quantitativo estimado Santa Helena/PR	Quantitativo estimado Toledo/PR	Quantitativo estimado Total
1	1	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos de uso doméstico	Hora técnica	80	40	0	120
	2	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de uso doméstico	Unidade	80	40	0	120
2	3	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos de	Hora técnica	30	0	30	60

		instrumentação eletrônica					
	4	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de instrumentação eletrônica	Unidade	25	0	20	45
3	5	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos didáticos de automação e controle	Hora técnica	30	0	30	60
	6	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de automação e controle	Unidade	20	0	20	40
4	7	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Kits didáticos de eletrônica e robótica	Hora técnica	30	0	30	60
	8	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Kits didáticos de eletrônica e robótica	Unidade	20	0	15	35
5	9	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC	Hora técnica	60	0	30	90
	10	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC	Unidade	40	0	15	55
6	11	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos Energéticos	Hora técnica	300	40	150	490
	12	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos Energéticos	Unidade	150	30	150	330
7	13	Serviço De Manutenção	Hora técnica	30	30	100	160

		Preventiva E Corretiva em Equipamentos didáticos de audiovisual					
	14	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de audiovisual	Unidade	50	50	100	200

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do início da vigência do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A junção de 2 (dois) itens no mesmo grupo se dá pelo motivo de serem dependentes um do outro.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I - ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000002/2024;
 - II - Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
 - III - Id do item no PCA: 23;
 - IV - Classe/Grupo: 872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS;
 - V - Identificador da Futura Contratação: 153029-90020/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Os equipamentos utilizados para a prestação dos serviços de manutenção que fazem parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e são autorizados a ostentar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) devem apresentar eficiência energética preferencialmente da classe A, podendo ser admitido no máximo até a classe B.
 - 4.1.2. As peças que foram substituídas devem ser apresentadas ao fiscal do contrato. Caberá ao prestador de serviço realizar a destinação ambientalmente adequada seguindo a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e apresentar o comprovante de destinação final. O referido comprovante pode ser apresentado ao final do primeiro ano de prestação do serviço descrevendo todo o resíduo a ser destinado.
 - 4.1.3. Será permitido somente um deslocamento por mês por campus para atendimento de chamados de novas Ordens de Serviços (OS) com o intuito diminuir os impactos ambientais causados pelos meios de transporte. Não haverá limite de números de OS para atendimento em cada deslocamento realizado pelo prestador de serviço.

Subcontratação

- 4.2. Fica autorizada somente a subcontratação de serviços de calibração e certificação de equipamentos laboratoriais.
- 4.3. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

- 4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos

da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

- 4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.8. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.9. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.10. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.11. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.12. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.17. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - II - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - III - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, caso houver.
- 4.19. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.24. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.25. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.26. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.27. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.28. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.29. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.30. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.31. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.32. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 16:30 horas. A vistoria deve ser agendada com no mínimo 48 horas de antecedência pelos seguintes e-mails: Medianeira/PR - daneysakalschne@utfpr.edu.br, Santa Helena/PR - andreineeroos@utfpr.edu.br e Toledo/PR - labquim-td@utfpr.edu.br.

4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.36. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A prestação de serviços abrangerá manutenção preventiva e corretiva, sendo que para alguns grupos de equipamentos estão em itens separados. A manutenção corretiva consiste na correção de defeitos, substituição de peças, partes, componentes elétricos e/ou mecânicos defeituosos, os quais deverão ser fornecidos pela CONTRATADA. Os serviços de manutenção preventiva consistirão na realização de limpezas, ajustes, lubrificações, alinhamentos, regulagens, acertos, aferições de calibração, testes em condições normais de uso e outros serviços ocasionais necessários para o funcionamento dos equipamentos.

5.2. Tanto a execução dos serviços de manutenção preventiva quanto corretiva deverá incluir o fornecimento de peças e componentes necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos, de acordo com os seguintes critérios para os orçamentos das peças:

5.2.1. As peças a serem substituídas devem ser originais, da mesma marca e modelo da qual está instalada no equipamento, caso não seja possível, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao fiscal do contrato apresentando as justificativas que devem ser comprovadas, ficando a cargo do fiscal avaliar a situação, contudo mesmo nesses casos de utilização de peças similares as mesmas deverão possuir características técnicas de aplicabilidade, resistência, sensibilidade e vida útil semelhantes às originais.

5.2.2. A CONTRATANTE irá pagar para cada peça o menor valor de 3 (três) orçamentos apresentado pela CONTRATADA, os quais devem apresentar peças comparáveis, ou seja, tratar de peças de mesma marca e modelo, não sendo permitida a apresentação de orçamentos de peças com qualidade e desempenhos discrepantes.

5.2.3. Caso o orçamento da peça for realizado diretamente com o fabricante do equipamento, basta a apresentação somente desse orçamento.

5.2.4. Os orçamentos podem ser obtidos pela CONTRATADA por meio de sites especializados ou diretamente com fornecedores, e encaminhados para a CONTRATANTE em formato de PDF;

5.2.5. Os orçamentos devem possuir:

5.2.5.1. Descrição da peça (marca e modelo);

5.2.5.2. Quantidade a ser adquirida;

5.2.5.3. Razão Social e CNPJ do fornecedor do orçamento (os orçamentos devem possuir CNPJ diferentes);

5.2.5.4. Data e hora do acesso;

5.2.5.5. Frete (o valor do frete irá compor o valor final da peça).

5.3. A prestação do serviço será efetuada de acordo com a necessidade de cada um dos 3 (três) campi do Núcleo Regional Oeste da UTFPR.

5.4. Após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá indicar um e-mail, telefone e o nome do funcionário responsável pelos atendimentos desta contratação.

5.5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.5.1. **Etapas 01 - Elaboração e envio da OS pela CONTRATANTE:** Os serviços de manutenção de equipamentos, tanto corretiva quanto preventiva, serão solicitados de acordo com a demanda por meio de uma Ordem de Serviço - OS (**Apêndice A**) e formalizados por e-mail pelo contato fornecido pela CONTRATADA após a assinatura do contrato. Os chamados por meio de OS podem ser realizados apenas uma vez por mês por cada campus do núcleo oeste da UTFPR, entretanto em um único chamado podem ser enviadas OS para um ou mais equipamentos.

5.5.2. **Etapas 02 - Recebimento e atendimento da demanda pela CONTRATADA:** A partir do envio da OS, a CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do envio do e-mail para a realização de uma visita técnica.

5.5.3. **Etapas 03 - Elaboração do laudo (diagnóstico), quantitativo de horas técnicas e orçamento das peças pela CONTRATADA:** A partir da data da visita técnica, a CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar um laudo (diagnóstico) detalhado sobre o problema apresentado pelo equipamento (é vedado realizar descrições genéricas como manutenção preventiva ou manutenção corretiva). Além do laudo (diagnóstico), é necessário apresentar o quantitativo de horas necessários para a execução dos serviços e quando for necessária a substituição de alguma peça e/ou componente, deverá ser apresentado os três orçamentos do item a ser substituído. O valor da peça será o menor valor dentre os orçamentos apresentados. Para os itens do grupo 1 e 4 fica vedada a cobrança de valores adicionais além do valor unitário para as calibrações e aferições. É vedada a cobrança individual pela visita técnica e elaboração do laudo (diagnóstico), tais valores devem estar previstos e diluídos no valor unitário das horas técnicas no momento da elaboração da proposta da

empresa no pregão eletrônico. O laudo (diagnóstico), quantitativo de horas técnicas e valor das peças devem estar descritos no modelo da OS presente no Anexo I, sendo vedado o aceite em formulários próprios da CONTRATADA, e formalizado por e-mail, assim como os 3 (três) orçamentos das peças.

5.5.4. **Etapa 04 - Aprovação do laudo (diagnóstico) quantitativo de horas técnicas e orçamento das peças pela CONTRATANTE:** A partir do recebimento do laudo (diagnóstico) e orçamento (quantitativo de horas técnicas + valor das peças) a CONTRATANTE tem um prazo de 10 (dez) dias úteis para analisar a OS e emitir um parecer sobre a aprovação ou solicitar esclarecimentos. Em caso de divergência entre as partes, é permitida à CONTRATANTE a pesquisa de preços com outros fornecedores, assim como solicitar à CONTRATADA a comprovação de que os preços estão dentro daqueles praticados pelo mercado. Caso ocorram questionamentos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA tem um prazo de 5 (cinco) dias úteis para responder. A aprovação da OS não significa autorização para a execução dos serviços.

5.5.5. **Etapa 05 - Autorização para a execução dos serviços pela CONTRATANTE:** irá ocorrer somente quando a CONTRATANTE tiver disponibilidade financeira e mediante possuir OS aprovadas. A autorização será formalizada por meio de e-mail juntamente com a nota de empenho. A partir da autorização, a CONTRATADA terá um prazo de até 20 (vinte) dias úteis para a execução dos serviços. Caso não seja possível cumprir o prazo para a execução do serviço, é necessário informar e justificar por e-mail com 3 (três) dias úteis de antecedência antes do encerramento do prazo.

5.5.6. **Etapa 06 - Conclusão da execução dos serviços pela CONTRATADA:** Após a conclusão da manutenção do equipamento, a CONTRATADA deverá finalizar a OS descrevendo detalhadamente os serviços realizados e peças substituídas. As peças e materiais substituídos deverão ser apresentados à CONTRATANTE, e posteriormente devem ser descartadas seguindo as legislações ambientais vigentes pela CONTRATADA.

5.5.7. **Etapa 07 - Avaliação do serviço pela CONTRATANTE:** Os serviços prestados serão avaliados individualmente por OS pela CONTRATANTE por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) (Apêndice B), que deverá ser encaminhado por e-mail para a CONTRATADA no prazo de 7 dias (úteis) a contar a partir do recebimento da finalização da OS pela CONTRATANTE. A partir do IMR, a empresa deverá emitir a Nota Fiscal (NF) do serviço prestado.

Local e horário da prestação dos serviços

5.6. Os serviços serão prestados em horário comercial, conforme solicitação do REQUISITANTE, nos seguintes endereços:

UTFPR - Campus Medianeira, Av. Brasil, nº 4232 – Parque Independência, Medianeira – PR, CEP 85.722-332;

UTFPR - Campus Santa Helena - Prolongamento da Rua Cerejeira, s/n - Bairro São Luiz, Santa Helena – PR, CEP 85892-000;

UTFPR - Campus Toledo - Rua Cristo Rei, nº 19 - Vila Becker, Toledo – PR, CEP 85902-490;

Rotinas a serem cumpridas

5.7. A execução contratual observará as rotinas abaixo

5.7.1. Para cada solicitação de manutenção a CONTRATADA e a CONTRATANTE deverão preencher a respectiva OS, atentando-se ao devido preenchimento de todos campos de sua responsabilidade. O documento deverá ser assinado por ambas as partes. A OS poderá sofrer incremento de informações a critério dos servidores solicitantes, para que contribua com o acompanhamento e fiscalização, evitando distorções na aplicação dos critérios (Acórdão nº 2582/2012 – TCU – Plenário).

5.7.2. Os serviços deverão ser executados prioritariamente no espaço físico da CONTRATANTE. Quando for comprovado que o serviço não pode ser realizado "in loco", a empresa deverá justificar detalhadamente na OS e caberá ao servidor solicitante analisar se a justificativa é aceitável. Os equipamentos que não podem ser consertados "in loco" e cuja justificativa for aprovada, poderão ser retirados dos campi mediante elaboração de nota de simples remessa (assinada por ambas as partes) e termo de autorização do Departamento de Patrimônios, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o transporte adequado, incluindo o acondicionamento dos equipamentos, até a sua sede. Para a execução da manutenção fora das dependências da CONTRATANTE, é necessário o envio de imagens e/ou vídeos comprovando a execução dos serviços, sendo a empresa responsável por sua guarda.

5.7.3. Não sendo possível/viável o conserto do equipamento a contratada deverá emitir um laudo técnico atestando as condições do bem e justificando o motivo.

Materiais a serem disponibilizados

5.8. Os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, sendo que a CONTRATANTE irá fornecer somente pontos de energia elétrica, água e internet.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.9. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.9.1. O valor composto da manutenção (hora técnica e peças), não poderá exceder 50% do valor da avaliação do equipamento, salvo em situações de extremo prejuízo ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que deverão ser avaliadas pelos requisitantes, coordenações de cursos e pós-graduação e diretoria de área, com emissão de um parecer justificando tal particularidade. O parecer deve ser anexado ao processo.

5.9.2. Verificando-se a impossibilidade ou inviabilidade financeira de reparo do equipamento, o orçamento apresentado pela CONTRATADA servirá de base à baixa do bem no sistema de patrimônio.;

5.9.3. Servidor solicitante ficará responsável pela autorização de saída do(s) equipamento(s), realizando os procedimentos conforme orientações e regulamentos da CONTRATANTE, e a CONTRATADA ficará responsável pelo transporte e acondicionamento do(s) equipamento(s) até a empresa para a realização das manutenções.

5.9.4. **As calibrações e aferições de equipamentos devem ser comprovadas com a emissão do laudo e devem ser realizadas por empresas acreditadas nos órgãos competentes (INMETRO, RBC).**

5.9.5. Em especial, para os equipamentos **Nobreak** e **Projeto Multimídia** pertencentes aos **grupos 6 e 7** da Tabela, respectivamente, a empresa deve atender aos requisitos de experiência profissional conforme descritos a seguir:

I - **Para o grupo 6**, Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos Energéticos (**Nobreaks**), os serviços de assistência técnica deverão ser prestados por empresa devidamente autorizada pelo fabricante de nobreaks SMS.

II - Essa necessidade é pelo fato que certas intervenções só podem ser executadas por uma assistência autorizada, como no caso do SMS KEOR 20K.

III - A lista das empresas autorizadas pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico do fabricante: <https://www.sms.com.br/suporte/assistencia-tecnica>.

IV - Para o grupo 7, Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos didáticos de audiovisual (**Projeto Multimídia**), os serviços de assistência técnica deverão ser prestados por empresa devidamente autorizada pelo fabricante de projetores multimídia EPSON, tendo em vista que todos os projetores são EPSON.

V - A necessidade do conserto ser em uma assistência autorizada decorre que nestes lugares há técnicos treinados e certificados pela EPSON, garantindo que o conserto seja realizado com peças originais e seguindo os padrões de qualidade da fabricante, assegurando que os projetores sejam reparados de maneira eficiente e segura.

VI - A comprovação pode ser feita por documento informando que a empresa é uma assistência técnica autorizada ou se ela constar no Localizador de Centros de serviço, no seguinte endereço eletrônico do fabricante:

https://epson.com.br/support/servicecenterlocator?gad_source=1&gad_campaignid=22687053539&gclid=Cj0KCQjw1JjDBhDjARIsABIM2SuJrjMdVq2RqwxpuX3J72vpFVcixgv0JokHM-dKg9G123dXHAelGugaAn8_EALw_wcB

Especificação da garantia do serviço

5.10. O prazo de garantia da prestação do serviço e peças, complementar a garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 6 (seis) meses, contando a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento definitivo do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- I - às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
 - II - à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo, se for o caso.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.4. Multa:
- 7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 7.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 7.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Apêndice B**, junto a este Termo de Referência.
- 8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 8.2.1. Não produziu os resultados acordados,
- 8.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

- 8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 8.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de

serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.11.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

8.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

8.39. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.39.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.39.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.39.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.39.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8.40. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por Preço Unitário, a partir de demanda formalmente identificada e de orçamento formalmente apresentado e aprovado pela Administração que emitirá uma Ordem de Serviço por demanda.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

A. Habilitação jurídica

- 9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 9.12. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

B. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

C. Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor estimado da contratação.
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

D. Qualificação Técnica

- 9.30. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 9.31. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.32. A CONTRATADA deverá apresentar comprovação da capacitação técnica dos responsáveis pelo reparo dos equipamentos mediante apresentação de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
- 9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

E. Qualificação Técnico-Operacional

- 9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.33.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (ano) na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 1 (ano) ano serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 9.33.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.33.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 9.33.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.33.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.33.5. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.33.6. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.33.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.33.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.33.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

- 9.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.34.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação;

- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 532.693,40 (quinhentos e trinta e dois mil seiscentos e noventa e três reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima (considerando serviços com o fornecimento de peças, se for o caso).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
 - I - Gestão/Unidade: 153029/15246;
 - II - Fonte de Recursos 1000000000;
 - III - Programa de Trabalho:229597];
 - IV - Elemento de Despesa:3390.39;
 - V - Plano Interno: M20RKG0100J;
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Medianeira, 26 de agosto de 2025.

Presidente da Comissão de Contratação
Felipe Walter Dafico Pfrimer

APÊNDICE (A)

Ordem de Serviço (OS)

ORDEM DE SERVIÇO MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS NÚCLEO OESTE DA UTFPR	
N° OS (utilizar o formato n°/ano):	
Campus:	Empresa Contratada:
Setor solicitante:	CNPJ:
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação:	Contrato n°:
Servidor demandante:	Nome do preposto:
DADOS DO EQUIPAMENTO	
Tipo de equipamento:	

N° patrimônio:	N° série:
Marca:	Modelo:
Ano da aquisição:	Valor (R\$):
Localização:	
ETAPA 01 - ELABORAÇÃO E ENVIO DA OS PELA UTFPR	
Serviços solicitados e/ou problemas observados no equipamentos:	
Data do envio da OS pela UTFPR:	
ETAPA 02 - RECEBIMENTO E ATENDIMENTO DA DEMANDA PELA EMPRESA:	
Data da realização da visita técnica:	
ETAPA 03 - ELABORAÇÃO DO LAUDO (DIAGNÓSTICO), QUANTITATIVO DE HORAS TÉCNICAS E ORÇAMENTO DAS PEÇAS PELA EMPRESA	
Diagnóstico detalhado do equipamento:	
Quantitativo de horas:	Valor total do serviço:
Levantamento das peças:	
Orçamento 1 (peça, valor e nome da empresa):	
Orçamento 2 (peça, valor e nome da empresa):	

Orçamento 3 (peça, valor e nome da empresa):	
N° do orçamento com menor valor:	Valor total das peças:
Valor total peças + serviço:	
Justificativa da necessidade da retirada dos equipamentos da UTFPR:	
Data do envio do laudo (diagnóstico) e valores da manutenção pela empresa:	
ETAPA 04 - APROVAÇÃO DO LAUDO (DIAGNÓSTICO) QUANTITATIVO DE HORAS TÉCNICAS E ORÇAMENTO DAS PEÇAS PELA UTFPR	
Os laudos (diagnóstico) e valores foram aprovados? () Sim () Não	Data da aprovação (não configura autorização para execução):
Foram realizados questionamentos quanto ao laudo (diagnóstico) e valores? () Sim. () Não	Data de envio do questionamento pela UTFPR: Data da resposta ao questionamento pela empresa:
ETAPA 05 - AUTORIZAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PELA UTFPR	
Data de autorização de execução:	Data da retirada do equipamento pela empresa (o prazo para execução é contado a partir da autorização, independente da necessidade de retirada do equipamento):
ETAPA 06 - CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PELA EMPRESA	
Descrição dos serviços realizados:	
Descrição das peças substituídas	
Valor total:	Data da conclusão da execução dos serviços:

ETAPA 07 - AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PELA UTFPR	
Data do envio do IMR para a empresa:	
ASSINATURAS	
Nome do servidor da UTFPR responsável por acompanhar o processo:	Nome do funcionário da empresa responsável por acompanhar o processo:
SIAPE:	Assinatura:
Assinatura:	Nome do funcionário técnico responsável pela execução do serviço:
	Assinatura:

Índice de Medição de Resultados (IMR)

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)	
Nº DA OS:	
INDICADORES	
Item	Descrição
Finalidade	Realização das rotinas de manutenção preventiva e corretiva, dentro do prazo e com eficiência e eficácia na execução. Garantir um nível de serviços com qualidade e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência.
Meta a cumprir	Serviços executados e materiais recebidos, adequados ao uso e à perspectiva da administração. Atingir nível satisfatório nos serviços prestados; reduzir o risco de ocorrência de falhas de equipamentos que possam gerar atrasos ou deixar atividades prejudicadas; reduzir os custos operacionais com conserto dos equipamentos integrantes por ausência de manutenção preventiva e corretiva.
Instrumento de Medição	Planilha de avaliação dos serviços, conforme modelo disponibilizado abaixo. Ordens de Serviços que comprovem a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva gerados por chamados.
Forma de acompanhamento	A fiscalização da prestação de serviço será individualizada por equipamento e acompanhará o cumprimento das atividades da execução dos serviços, conforme perspectiva da Administração.
Periodicidade	Por OS.
Mecanismo de cálculo	O número de pontos na OS refletirá o percentual de atingimento da meta. Considerando o somatório de pontos para a ocorrência.
Início de vigência	Após a assinatura do contrato e envio de chamados.

Faixas de ajuste no pagamento (multa)	1 a 3 pontos= 100% da meta = recebimento de 100% da fatura
	4 a 6 pontos = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura.
	7 a 9 pontos = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura.
	10 a 12 pontos= 85% da meta = recebimento 85% da fatura.
Sanções	13 ou mais pontos = 85% da meta = recebimento 85% da fatura e serão aplicadas as sanções previstas no item 20.
Observações	A aplicação de sanções não prejudica a aplicação deste IMR

REFERÊNCIAS E AVALIAÇÃO

Item	Descrição	Pontuação	Número de ocorrências	Total de pontos
1	Atraso, por dia, em qualquer etapa da OS.	0,5		
2	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	3		
4	Permitir a execução dos serviços por colaboradores sem qualificação, sem identificação ou EPIs adequados.	4		
5	Deixar de executar o serviço solicitado (atender chamado ou executar a manutenção) pela UTFPR, ou abandoná-lo sem motivo de força maior.	9		
6	Permitir ou causar danos ao patrimônio da CONTRATANTE, de terceiros, à integridade física de quem quer que seja, lesão corporal ou consequências letais dentro das dependências.	10		
8	Descumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	0,5		
Total de pontos da OS:				
Percentual de desconto na OS:				

Observação: a partir de 3 (três) IMR com descontos acima de 90% a empresa receberá uma advertência.



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **FELIPE WALTER DAFICO PFRIMER, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em (at) 03/09/2025, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5174807** e o código CRC (and the CRC code) **B1A69251**.

Apêndice do Anexo I

UTFPR - NÚCLEO REGIONAL OESTE

Estudo Técnico Preliminar 65/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23064.041047/2025-41

2. Descrição da necessidade

Manter em funcionamento por meio de manutenções corretivas e/ou preventivas os equipamentos laboratoriais relacionados com as áreas da química, biologia, alimentos, agrárias, ambiental, eletrônica, elétrica, mecânica e civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Medianeira, Santa Helena e Toledo, com fornecimento de peças de acordo com as necessidades.

A UTFPR traz em seu estatuto como um dos princípios da instituição o compromisso com a excelência acadêmica e com garantia da qualidade educacional (Art. 2º, inciso VI). Ainda nesse mesmo instrumento institui em seu regime pedagógico práticas de ensino para incorporação do conhecimento aos discentes (Art. 35, inciso II).

A Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações tratam do regime jurídico dos servidores públicos civis da união e elenca no artigo 116 inciso VII, como um dos deveres do servidor zelar pela economia de material e conservação do patrimônio público. Já a Instrução Normativa 205 de 8 de Abril de 1988 da Secretaria de Administração Pública, determina no item 9 que é obrigação de todos a quem tenham sido confiado material para a guarda ou uso, zelar pela sua conservação e diligenciar no sentido da recuperação daquele que se avariar.

Os três campi do núcleo oeste da UTFPR oferecem 19 cursos de graduação (Medianeira - 9, Santa Helena - 3 e Toledo - 7), 12 cursos de pós-graduação - nível mestrado (Medianeira - 7, Santa Helena - 2 e Toledo - 3) e nível doutorado (Medianeira - 1), cursos de especialização e cursos de formação pedagógica; além de atividades de pesquisa e extensão. Muitos desses cursos utilizam-se da estrutura de laboratórios disponíveis nos campi para a realização de atividades práticas de modo a proporcionar a melhor experiência ao usuário, aliando a teoria com a prática. Para isto, os laboratórios oferecem uma ampla gama de equipamentos, os quais ao longo de sua vida útil precisam de manutenções preventivas para oferecer as condições de uso a que se propõe, e corretivas para o restabelecimento de suas funcionalidades já que podem apresentar falhas por desgaste natural, problemas elétricos, defeito do próprio equipamento que acaba reduzindo sua vida útil, entre outros.

Pontuamos que a execução dos serviços de manutenção de equipamentos laboratoriais são de natureza técnica, exigindo a intervenção de profissionais especializados que não fazem parte do quadro de servidores da universidade. Além disso, os campi supracitados não contam com estrutura física, equipamentos e ferramentas específicas para a realização de tais serviços, assim como o credenciamento em órgãos de calibração e certificação.

Sendo assim, a contratação desejada tem o objetivo de preservação do patrimônio e uso racional do recurso público, bem como restabelecer a funcionalidade e/ou manter em condições de utilização os equipamentos disponíveis nos laboratórios. Dessa forma, espera-se ofertar aos usuários, dentro do possível, estrutura de laboratórios funcionais para que possam aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos, em âmbito laboratorial contribuindo com sua formação profissional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento Acadêmico de Ambiental (DAAMB)	Marci Ewerling
Departamento Acadêmico de Alimentos (DAALM)	Paula Marasca Oro
Departamento Acadêmico de Química (DAQUI)	Maiara Aguiar Kunh
Departamento Acadêmico de Mecânica (DAMEC)	Thiago Destri Cabral
Coordenação de Licenciatura em Ciências Biológicas (COBIO)	Andreine Aline Roos
Laboratório Multiusuário de Análises Biológicas e Químicas (LABIQ)	Andreine Aline Roos
Coordenação de Engenharia Eletrônica (COELE)	Felipe Walter Dafico Pfrimer
Coordenação de Engenharia Eletrônica (COELE)	Rodrigo Dall'Agnol
Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação (COGETI)	Alexandro Marcelo Zaccaron
Assessoria de Planejamento e Administração (ASPLAD-TD)	Janiel de Oliveira Ferreira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação tem por objetivo a manutenção corretivas e/ou preventivas nos equipamentos laboratoriais.

Em especial, para os equipamentos Nobreak e Projetor Multimídia pertencentes aos grupos 6 e 7 da Tabela 01, respectivamente, a empresa deve atender aos requisitos de experiência profissional conforme descritos a seguir.

Para o grupo 6, Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos Energéticos (Nobreaks), os serviços de assistência técnica deverão ser prestados por empresa devidamente autorizada pelo fabricante de nobreaks SMS. Essa necessidade é pelo fato que certas intervenções só podem ser executadas por uma assistência autorizada, como no caso do SMS KEOR 20K.

A lista das empresas autorizadas pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico do fabricante: <https://www.sms.com.br/suporte/assistencia-tecnica>

Para o grupo 7, Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos didáticos de audiovisual (projetor multimídia), os serviços de assistência técnica deverão ser prestados por empresa devidamente autorizada pelo fabricante de projetores multimídia EPSON, tendo em vista que todos os projetores são EPSON. A necessidade do conserto ser em uma assistência autorizada decorre que nestes lugares há técnicos treinados e certificados pela EPSON, garantindo que o conserto seja realizado com peças originais e seguindo os padrões de qualidade da fabricante, assegurando que os projetores sejam reparados de maneira eficiente e segura.

A comprovação pode ser feita por documento informando que a empresa é uma assistência técnica autorizada ou se ela constar no Localizador de Centros de serviço, no seguinte endereço eletrônico do fabricante:

<https://epson.com.br/support/servicecenterlocator?>

[gad_source=1&gad_campaignid=22687053539&gclid=Cj0KCQjw1JjDBhDjARIsABIM2SuJrjMdVq2RqwxpuX3J72vpFVcixgv0JokHM-dKg9G123dXHAeLGugaAn8_EALw_wcB](https://epson.com.br/support/servicecenterlocator?gad_source=1&gad_campaignid=22687053539&gclid=Cj0KCQjw1JjDBhDjARIsABIM2SuJrjMdVq2RqwxpuX3J72vpFVcixgv0JokHM-dKg9G123dXHAeLGugaAn8_EALw_wcB)

A empresa contratada deverá possuir assistência técnica própria e comprovada, sendo permitida apenas a subcontratação de serviços de calibração e certificação de equipamentos. A prestadora do serviço deverá fornecer aos seus colaboradores os equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI /EPC) necessários para o desenvolvimento seguro do trabalho, no caso de serviços executados "in loco" caberá aos servidores designados como fiscais técnicos da UTFPR observar a utilização dos mesmos e diligenciar sobre a falta.

A empresa contratada, deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução dos serviços. Cabe ressaltar que os serviços devem ser realizados nas dependências da UTFPR, entretanto a instituição não possui espaço e materiais apropriados para a execução dos serviços. Quando for comprovado que o serviço não pode ser realizado "in loco", a empresa deverá justificar detalhadamente na Ordem de Serviço e caberá ao servidor solicitante analisar se a justificativa é aceitável. Ao ser aprovada a retirada de equipamentos, fica sob responsabilidade da empresa os custos com transporte, incluindo o acondicionamento dos equipamentos, até a sede da empresa para a realização dos serviços.

A realização do laudo/orçamento dos equipamentos não é passível de cobranças individuais, assim como valores relacionados com transporte, embalagem, diárias, alimentação, ferramentas, utensílios, impostos, entre outros, os quais devem estar diluídos no valor unitário do serviço. Cada campus poderá solicitar da contratada no máximo uma visita por mês, dessa forma, o próprio campus deverá se organizar para juntar e encaminhar as demandas para o prestador de serviço do mesmo grupo.

Os serviços de calibração e certificação só poderão ser realizados por empresas que estiverem com a acreditação em vigência junto aos órgãos competentes (INMETRO, RBC), as quais devem ser comprovadas no momento do aceite da proposta.

As peças substituídas devem ser originais, da mesma marca e modelo da qual está instalada no equipamento, caso não seja possível, como por exemplo peças fora de linha de fabricação, a contratada deverá comunicar formalmente ao fiscal do contrato apresentando as justificativas que devem ser comprovadas, ficando a cargo da UTFPR avaliar a situação, contudo mesmo nesses casos de utilização de peças similares, as mesmas deverão possuir características técnicas de aplicabilidade, resistência, sensibilidade e vida útil semelhantes às originais.

A empresa deverá fornecer garantia do serviço executado pelo menos conforme estabelecido no Código de Defesa do Consumidor ou garantia extra (descrita na proposta). Todas as despesas decorrentes de um eventual problema e/ou defeito após a realização do serviço, que justifique o acionamento da referida garantia, tais como, aquisição de peças e componentes, deslocamentos, diárias, hospedagens, transportes são de inteira responsabilidade da mesma. A execução do retrabalho necessário em função do acionamento da Garantia deverá ser feito num prazo máximo igual ao prazo para realização do serviço, para que não prejudique o funcionamento dos laboratórios, aulas e trabalhos de pesquisa em andamento. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos, sem qualquer ônus adicional e deverá reparar possíveis defeitos na execução do serviço.

O prazo para atendimento de cada etapa da demanda pela CONTRATADA será descrito no Termo de Referência. A contratada deverá comunicar previamente à contratante o nome do funcionário que irá realizar a visita técnica, sendo que o mesmo deverá estar identificado para adentrar as dependências da instituição. A retirada do equipamento será realizada seguindo os protocolos estabelecidos pelo Departamento de Patrimônio (DIPAT) da instituição, que deverá ser executado pelo fiscal técnico do contrato. Após a retirada do equipamento da instituição é responsabilidade da empresa preservar o bem público, sendo que possíveis danos, extravio serão passíveis de sanções administrativas a serem realizadas pelo Departamento de Compras da UTFPR. Conforme Instrução Normativa Nº 205/1988, é obrigação de todos a quem tenha sido confiado material para a guarda ou uso, zelar pela sua boa conservação e diligenciar no sentido da recuperação daquele que se avariar.

A manutenção dos equipamentos será realizada somente mediante aprovação do Diagnóstico/Levantamento de Materiais pelo servidor solicitante da contratante. Em caso de discordância entre as partes em relação ao Diagnóstico/Levantamento de Materiais é permitido à contratante a realização de orçamentos e diagnósticos em outras empresas a fim de sanar as divergências e/ou a contratada apresentar notas fiscais de serviços similares realizados para outros órgãos públicos ou empresas privadas para comprovar que o valor está de acordo com o mercado. A manutenção do equipamento não será permitida, por não ser considerada viável quando o valor da mão de obra e peças for superior a 50% do valor do equipamento, de acordo com o

DECRETO Nº 9.373, DE 11 DE MAIO DE 2018, salvo em algumas exceções a serem avaliadas pela equipe técnica. Todo o processo de prestação do serviço pela empresa contratada será avaliado por meio de um Instrumento de Medição de Resultados - IMR, para garantir a economia, eficiência e eficácia do processo.

Caberá à contratada a indicação de um funcionário para a realização da comunicação entre a contratada e o contratante, assim como o acompanhamento de todo o processo de manutenção que deverá ser descrito e documentado com fotografias para a comprovação do trabalho realizado. Além disso, no momento da devolução do equipamento, após a realização da manutenção em que seja necessária a substituição de peças, a mesma deverá ser apresentada ao fiscal do contrato como forma de comprovação e caberá a contratada a destinação final conforme a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, assim como de qualquer outro tipo de resíduo que pode ser gerado na execução dos serviços sendo vedada a disposição final em locais não licenciados.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado considerando contratações similares feitas em órgãos/entidades da Administração Pública Federal assim como o histórico da UTFPR, objetivando compatibilização com necessidades da contratante. As pesquisas quanto à forma de contratação mostraram que a inclusão das peças juntamente dos serviços mostrou-se a melhor opção para o contrato. Isto porque, ao adquirir as peças do mesmo fornecedor que fará a manutenção, mantêm-se a garantia do serviço, diminuindo as possibilidades de divergências quanto à qualidade da peça adquirida e reduz-se custos à administração pública.

Com base nesse levantamento foi possível estabelecer por conseguinte a seguinte síntese, da solução mais viável:

Solução 1: Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos através de colaboradores vinculados ao quadro da UTFPR.

Essa solução é inviável técnica e financeiramente, haja visto que a instituição não dispõe de colaboradores tecnicamente habilitados para o desenvolvimento de serviços de manutenção de equipamentos e não existe previsão para contratação de tais profissionais. Além disso, seria necessário a aquisição de equipamentos e acreditação, no caso de calibrações, junto aos órgãos competentes, o que aumentaria ainda mais os custos da contratação;

Solução 2: Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos sem fornecimento de peças.

Essa solução é inviável, técnica e financeiramente devido a elevada diversidade de equipamentos, marcas e modelos presentes nos campi do núcleo oeste da UTFPR, o que tornaria extremamente trabalhoso a descrição de todos os tipos de peças de cada equipamento. Além disso, esse modelo de contratação demandaria uma quantidade significativa de servidores para a realização de licitações, controle e gestão dos contratos, controle da utilização das peças e fiscalização da mão de obra de prestação de serviços. Outra desvantagem seria a incerteza na execução dos serviços, pois muitas vezes alguns itens não são adquiridos ou são adquiridos em quantidades insuficientes, além da possibilidade da empresa prestadora do serviço não concordar com a qualidade da peça adquirida. Outro ponto que deve ser considerado é que a maioria dos equipamentos, durante a manutenção corretiva, necessita de substituição de peças. Desta forma, a contratação do serviço sem peças não resolveria a problemática em questão.

Solução 3: Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos com fornecimento de peças.

Opção de contratação mais viável, pois evita o excesso de processos administrativos; licitação mais atrativa para os fornecedores pois favorece a negociação aumentando as chances da UTFPR adquirir mão de obra e peças com menor custo; a UTFPR não ficaria responsável pela guarda das peças; a UTFPR não precisa disponibilizar equipamentos para a execução do serviço; elimina a possibilidade de obter êxito na contratação do serviço porém não ter a disponibilidade das peças e vice versa; contratação similar vem sendo realizada por outras instituições com êxito.

No entanto, no mercado há diversas formas de mensurar as unidades de serviços relacionados com a solução 3:

Sub-solução 3.1.1: Serviços Mensurados por Valor Fixo Mensal/Anual.

Nesse modelo de contratação a empresa vencedora do certame seria aquela que apresentaria o menor valor mensal/anual fixo para a manutenção preventiva e corretiva. Tal modelo, seria vantajoso pois incentiva a empresa a realizar a manutenção preventiva eficaz com o intuito de reduzir o número de chamados para manutenção corretiva aumentando seus lucros, já a UTFPR teria seus equipamentos mantidos em operação constantemente, evitando prejuízos às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, tal modelo poderia dificultar a concorrência devido ao número reduzido de empresas que realizam o serviços de manutenção nesse modelo. Além disso, por não haver uma definição objetiva da quantidade de manutenção preventivas e corretivas, seria um contrato de risco, sendo que caso não houvesse a necessidade de manutenção corretiva, por exemplo, a empresa receberia sem executar o serviço. Dessa forma, essa solução mostrou-se inviável para a UTFPR devido a ausência de um histórico com dados suficientes para a mensuração dos serviços, além da insegurança em relação aos recursos financeiros disponíveis.

Sub-solução 3.1.2: Serviços Mensurados por Posto de Trabalho.

Nesse modelo de contratação a empresa vencedora do certame seria aquela que apresentaria o menor valor de mão de obra com dedicação exclusiva. Tal modelo seria vantajoso devido ao atendimento da Ordem de Serviço quase imediato uma vez que os funcionários estariam alocados dentro da instituição, e dessa forma os equipamentos seriam mantidos em operação constantemente. Contudo, tal modelo apresenta como principal desvantagem a grande diversidade de equipamentos de áreas distintas presentes na instituição, o que demandaria de um número maior de postos de trabalho ou de um profissional com diversas capacitações, o que ocasionalmente aumentariam os custos da contratação. Além disso, a universidade precisaria disponibilizar de uma infraestrutura para o armazenamento dos equipamentos e ferramentas para a realização dos serviços por esses profissionais. Essa solução, mostra-se inviável, uma vez que o fluxo de demandas de manutenções para um mesmo grupo de equipamentos não é alto o suficiente para justificar a contratação do serviço nesse modelo, além da insegurança em relação aos recursos financeiros disponíveis.

Sub-solução 3.1.3: Serviços Mensurados por Visita Técnica.

Nesse modelo de contratação o órgão contratante define a frequência e quantidade de manutenções preventivas para um determinado período de tempo e define um quantidade de chamados para manutenções corretivas para um grupo de equipamentos, sendo a empresa vencedora do certame aquela que apresentar o menor preço para a execução de cada serviço. Tal modelo permitiria a UTFPR mensurar detalhadamente o valor pago pelo serviço prestado. Contudo, para a quantificação de manutenções preventivas seria necessário um mapeamento dos equipamentos críticos para a instituição com base em históricos de contratos anteriores e/ou acesso a informações dos fabricantes, enquanto para as manutenções corretivas seria necessário um conhecimento por parte da equipe de planejamento, quanto da logística, tempo médio de atendimento por equipamento, frequência de manutenções. Tal modelo pode ser interessante para contratações futuras da instituição, uma vez que atualmente não é possível mensurar a frequência de manutenções preventivas, pois não é um hábito da universidade a contratação desses serviços e nem mesmo de manutenções corretivas, uma vez que devido às dificuldades de contratações de tais serviços a instituição vai acumulando os equipamentos que necessitam de manutenção para quando houver um certo volume realizar um pregão ou dispensa de licitação. Além disso, há a insegurança em relação aos recursos financeiros disponíveis.

Sub-solução 3.1.4: Serviços Mensurados por Hora Técnica.

Nesse modelo de contratação a empresa vencedora do certame será aquela que apresentar o menor valor para a hora técnica para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva. Tal modelo, permite à UTFPR uma maior flexibilidade na execução dos serviços contratados, uma vez que podem ser demandados de acordo com a disponibilidade financeira. Contudo, apresenta como desvantagem um tempo maior para o início da execução dos serviços devido a necessidade da análise de risco inicial e liberações. É necessário que a equipe de planejamento utilize-se de instrumentos de avaliação de desempenho que incentivem que a empresa realize os serviços de forma ágil e eficaz. Além disso, em caso de divergências entre a contratante e a contratada em relação ao quantitativo de horas, pode ser necessário que a equipe de planejamento faça uma pesquisa junto a outras instituições e/ou empresas do ramo. Essa opção foi considerada a mais vantajosa para a UTFPR.

Além do serviço, há diversas formas de mensurar a aquisição das peças para os equipamentos:

Sub-solução 3.2.1: Peças pelo maior desconto sobre tabelas previamente definidas pela Administração ou fabricantes ou órgãos oficiais (Exemplo: SINAPI).

Nesse modelo de contratação o vencedor do certame será aquele que apresentar o maior desconto sobre uma tabela definida com o fornecimento de peças. A principal vantagem é a limitação dos preços praticados pelos fornecedores. No entanto, não há nenhum órgão oficial que tenha uma tabela definida de preços de peças de equipamentos laboratoriais como ocorre para o setor habitacional que utiliza o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI. Além disso, a elaboração de uma lista de peças de equipamentos pela própria UTFPR seria inviável devido a diversidade de equipamentos, marcas e modelos, o que demandaria um longo tempo para sua elaboração, profissional capacitado para identificar os tipos de peças e ainda haveria o risco de algumas peças não serem contempladas no processo. Devido às limitações para a elaboração de uma tabela de peças, tal modelo é inviável para a UTFPR.

Sub-solução 3.2.2: Peças adquiridas no menor valor de 3 orçamentos apresentados a cada prestação de serviço.

Nesse método de contratação, as peças serão adquiridas com o menor valor de 3 (três) orçamentos. Nesse caso, sempre que houver a necessidade de aplicação de peças na manutenção, a empresa contratada apresentaria 3 (três) orçamentos e seria paga pelo valor do menor orçamento, incluído o valor da nota fiscal de compra e sobre ela seria aplicado um percentual de acréscimo relativo a custos indiretos, tributos, porém a Contratada não teria lucro em cima da venda. Assim, o item não teria disputa, somente um valor estimado para a compra de peças, sem lucro para a Contratada. As principais vantagens são a garantia da pesquisa de preços de mercado, podendo gerar economia, e possibilidade de substituir quaisquer peças sem ficar limitado a uma tabela. Contudo, como desvantagem esse método não possibilita disputa entre os licitantes na aquisição de peças ficando restrito aos itens de serviço. Cabe ressaltar que podem ocorrer casos em que a comercialização das peças é exclusiva do fabricante, onde o preço é fixo, não sendo possível a realização da pesquisa de 3 (três) orçamentos. Na impossibilidade da obtenção dos 3 orçamentos, a Contratada poderá emitir uma justificativa. Dessa forma, essa solução foi considerada a mais viável para a UTFPR.

Sub-solução 3.2.3: Peças pelo menor acréscimo (ou até desconto) sobre a nota fiscal de compra.

Nesse modelo de contratação, as peças serão adquiridas por meio de maior desconto sobre a nota fiscal (NF) de aquisição pela contratada. Ou seja, sempre que houver a necessidade de aplicação de peças, a empresa contratada apresentaria uma nota fiscal de compra e sobre ela seria aplicado um percentual de acréscimo relativo a custos indiretos, tributos e lucro. Assim, a disputa do item se daria pelo maior desconto na compra das peças. A principal vantagem desse modelo é a possibilidade de disputa entre as empresas, o que poderia resultar em economia à UTFPR, além das peças não ficarem restritas a uma tabela sendo possível a troca de qualquer peça. Contudo, a principal desvantagem é que não há garantia que a contratada fará uma pesquisa de preços na compra das peças. Outro fator é que na manutenção preventiva a empresa pode evitar a realização de troca de peças desgastadas ou com meia vida, uma vez que seus lucros serão baixos. Entretanto, para sanar o problema relacionado com a possibilidade de ausência de pesquisa de preços, a instituição poderia solicitar que a empresa comprove que o valor das peças está dentro do mercado por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outras instituições ou empresas.

Outra modalidade de contratação de serviço de manutenção de equipamentos realizada pela UTFPR Campus Toledo em 2020, foi a contratação de uma empresa, por dispensa de licitação, para a elaboração de um laudo técnico com a descrição dos serviços e peças necessários para a realização da manutenção. Posteriormente, foi realizado o pregão eletrônico contemplando os problemas pontuais relatados nos laudos. Contudo tal modelo gerou divergências entre a empresa que emitiu o laudo e a responsável pela prestação do serviço, além de não sanar a necessidade de manutenções além daquelas programadas, sendo necessário a elaboração de novos processos de contratação. Dessa forma, esse modelo não se mostrou viável no momento, pois além das desvantagens já citadas, a universidade está com recursos financeiros reduzidos não sendo interessante despender recursos com laudos, uma vez que os mesmos podem ser aplicados para a manutenção efetiva dos equipamentos.

O Núcleo Oeste da UTFPR vem realizando a contratação por ata de registro de preços para manutenção de equipamentos seguindo as soluções: 3.1.4. - Serviços Mensurados por Hora Técnica e para aquisição de peças foi a 3.2.2 - Peças adquiridas no menor valor de 3 orçamentos apresentados a cada prestação de serviço.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto da licitação será a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva de equipamentos laboratoriais com fornecimento de peças, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas em Edital e em anexos deste. A licitação será dividida em grupos de equipamentos, conforme Tabela 01, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo atender todos os equipamentos que compõem o grupo de interesse. A escolha da solução para a contratação do serviço de manutenção de equipamentos, foi baseada em relatos positivos do Departamento de Compras e Gestores de Contratos da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (Pregão 63/2020) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, unidade Embrapa Clima Temperado (Pregão 11/2021), que possuem processos semelhantes e na experiência da contratante com o processo realizado em 2021 (23064.026259/2021-74), 2022 (23064.034737/2022-09), 2023 (23064.026119/2023-68) e 2024 (23064.045611/2024-13) assim como em comunicações realizadas com os prestadores de serviço dos referidos processos.

Tabela 01: Categorias de equipamentos (lotes)

Grupo	Categoria de Equipamentos	Equipamentos contemplados na categoria
1	Equipamentos de uso doméstico	Micro-ondas, liquidificador, batedeira, forno elétrico e a gás, multiprocessador de alimentos, churrasqueira elétrica, chapa para fritar hambúrguer, fogão a gás, fritadeira elétrica e a gás, mixer, moedores, cilindro elétrico, refresqueira, cafeteira, extrator de suco, estufa de salgados, buffet térmico, descascador de alimentos,
2	Equipamentos de instrumentação eletrônica	Fonte de painel, Fonte de bancada, Multímetro, Alicate Amperímetro, Alicate Wattímetro, Estação de solda com ferro, Estação de solda à ar, Osciloscópio, Gerador de funções, Medidor LCR digital
3	Equipamentos didáticos de automação e controle	Soft-starter, Inversor de frequência AC, Conjunto para ensino de CLP, Estação de trabalho NI ELVIS.
4	Kits didáticos de eletrônica e robótica	Kit LEGO MINDSTORMS NXT, kit montagem robô móvel.
5	Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC	Impressora / extrusora 3D de filamentos plásticos, impressoras 3D de resina
6	Equipamentos Energéticos	Nobreak
7	Equipamentos didáticos de audiovisual	Projetores multimídia

Conforme mencionado no tópico 3, a manutenção será considerada viável apenas nos casos em que o valor da mão de obra e aquisição de peças for menor ou igual a 50% do valor do equipamento, salvo as exceções (devidamente justificadas) em que o bem é imprescindível para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, acarretando em prejuízos para o processo de aprendizagem.

Sendo assim a solução escolhida para contratação de serviços foi a 3.1.4. - Serviços Mensurados por **Hora Técnica** e para aquisição de peças foi a 3.2.2 - Peças adquiridas no menor **valor de 3 orçamentos** apresentados a cada prestação de serviço.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foi baseada no histórico de manutenções, além da quantidade de equipamentos que ainda necessitam de manutenções corretivas e/ou preventivas.

Os quantitativos estimados para os campi do núcleo oeste da UTFPR podem ser verificados na Tabela 02.

Tabela 02: Quantitativo estimado de serviço e peças a serem contratados pelos campi do núcleo oeste da UTFPR.

Grupo	Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quantitativo estimado Medianeira /PR	Quantitativo estimado Santa Helena/PR	Quantitativo estimado Toledo/PR	Quantitativo estimado Total
1	1	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos de uso doméstico	Hora técnica	80	40	0	120
	2	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de uso doméstico	Unidade	80	40	0	120
2	3	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos de instrumentação eletrônica	Hora técnica	30	0	30	60
	4	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de instrumentação eletrônica	Unidade	25	0	20	45
3	5	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos didáticos de automação e controle	Hora técnica	30	0	30	60
	6	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de automação e controle	Unidade	20	0	20	40
4	7	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Kits didáticos de eletrônica e robótica	Hora técnica	30	0	30	60
	8	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Kits didáticos de eletrônica e robótica	Unidade	20	0	15	35
5	9	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC	Hora técnica	60	0	30	90

	10	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC	Unidade	40	0	15	55
6	11	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos Energéticos	Hora técnica	300	40	150	490
	12	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos Energéticos	Unidade	150	30	150	330
7	13	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos didáticos de audiovisual	Hora técnica	30	30	100	160
	14	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de audiovisual	Unidade	50	50	100	200

*Para fins de dotação orçamentária e para otimizar os procedimentos de emissão da nota de empenho, adota-se o valor unitário meramente estimativo de R\$ 200,00 (duzentos reais) por peça. Ressalta-se, contudo, que este valor não vincula a aquisição final, servindo apenas como referência. O pagamento efetivo da peça ocorrerá sempre pelo menor valor apurado em pesquisa de mercado, a ser comprovado pela contratada mediante a apresentação de 3 (três) orçamentos válidos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 532.693,40

Para a estimativa de valores da contratação de serviços de manutenção de equipamentos com fornecimento de peças foram realizadas pesquisas de preços com prestadores de serviço da região e painel de preços, totalizando R\$ 367.693,40 (Trezentos e Sessenta e Sete Mil e Seiscentos e Noventa e Três Reais e Quarenta Centavos) . Os valores relativos as peças foram estimados com base no histórico de contratação de anos anteriores, quantitativo de equipamentos com problemas e na experiência dos servidores que trabalham nos laboratórios, logo não foram utilizados orçamentos para estimar estes valores, os quais totalizaram em R\$ R\$ 165.000,00 (Cento e Sessenta e Cinco Mil Reais) resultando em um total de R\$ 532.693,40 (Quinhentos e Trinta e Dois Mil e Seiscentos e Noventa e três Reais e Quarenta Centavos) (peças + serviços) para os campi do núcleo oeste da UTFPR.

Tabela 03: Estimativa de valores da contratação de serviços de manutenção de equipamentos laboratoriais com fornecimento de peças.

Grupo	Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quantitativo estimado Total	Valor médio unitário	Valor total
1	1	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos de uso doméstico	Hora técnica	120	R\$ 195,00	R\$ 23.400,00
	2	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de uso doméstico	Unidade	120	R\$ 200,00	R\$ 24.000,00

2	3	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos de instrumentação eletrônica	Hora técnica	60	R\$ 155,00	R\$ 9.300,00
	4	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de instrumentação eletrônica	Unidade	45	R\$ 200,00	R\$ 9.000,00
3	5	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos didáticos de automação e controle	Hora técnica	60	R\$ 202,50	R\$ 12.150,00
	6	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de automação e controle	Unidade	40	R\$ 200,00	R\$ 8.000,00
4	7	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Kits didáticos de eletrônica e robótica	Hora técnica	60	R\$ 295,00	R\$ 17.700,00
	8	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Kits didáticos de eletrônica e robótica	Unidade	35	R\$ 200,00	R\$ 7.000,00
5	9	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC	Hora técnica	90	R\$ 305,00	R\$ 27.450,00
	10	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC	Unidade	55	R\$ 200,00	R\$ 11.000,00
6	11	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos Energéticos	Hora técnica	490	R\$ 393,66	R\$ 192.893,40
	12	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos Energéticos	Unidade	330	R\$ 200,00	R\$ 66.000,00
7	13	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva em Equipamentos didáticos de audiovisual	Hora técnica	160	R\$ 530,00	R\$ 84.800,00
	14	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de audiovisual	Unidade	200	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme inciso V, alínea b do artigo 40 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento de compras deverá observar o princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. De acordo com o § 3º, inciso I do mesmo artigo, o parcelamento não deve ser adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do mesmo fornecedor. Na presente demanda, o agrupamento de equipamentos (com adoção da adjudicação do menor

preço global por grupo) pode contribuir para a redução do custo operacional, uma vez que a mão de obra empregada e o fornecimento de peças é da mesma empresa. Isso pode refletir em um preço ofertado na licitação mais vantajoso, pois a manutenção é realizada por uma única empresa para cada grupo, evitando divergências que poderiam ocorrer se fosse dividir o serviço e aquisição de peças entre vários prestadores, além de evitar a indefinição da responsabilidade sobre os serviços prestados e a aquisição de peças para aquele grupo de equipamentos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a contratação de empresas prestadoras de serviço de manutenção de equipamentos não será necessário a aquisição de materiais de consumo e/ou permanentes, uma vez que todo o material necessário para a execução do serviço ficará a cargo da contratada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação dos itens vem ao encontro dos processos de contratação previstos no plano e gerenciamento de contratações do exercício de 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A manutenção dos equipamentos objetiva a maximização do recurso público que foi empregado para sua aquisição aumentando a sua vida útil, bem como recuperar os equipamentos existentes que atualmente estão parados, assim como possibilitar uma manutenção contínua e ininterrupta, uma vez que os recursos para aquisição de novos equipamentos estão cada vez mais escassos. Com isto, garantir condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando promover uma maior segurança aos usuários, assim como atender à legislação vigente relacionada com a conservação dos bens públicos.

Em contrapartida, a contratação de empresas para prestação de serviço contribui na geração de emprego e distribuição de renda, favorecendo a economia local, regional e nacional, uma vez que esse tipo de contratação abrange todo território nacional.

13. Providências a serem Adotadas

De modo geral, a contratante deverá disponibilizar pontos de energia elétrica, água e acesso a internet para a execução dos serviços "*in loco*". Os custos com materiais, ferramentas e materiais necessários para a execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada, não cabendo nenhuma providência à contratante.

Quanto à fiscalização dos serviços executados no local, a Instituição possui técnicos qualificados para o acompanhamento e esses mesmos técnicos poderão também avaliar no ato do recebimento os serviços executados procedendo os devidos testes de funcionalidade dos equipamentos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratada deverá, preferencialmente, utilizar equipamentos e materiais de menor impacto ambiental. Os resíduos gerados na manutenção dos equipamentos como óleos, lubrificantes, peças, mangueiras, entre outros, deverá ser encaminhado para o destino correto pela contratada conforme a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Já em relação aos equipamentos para os quais a manutenção se mostra inviável, é sugerido informar ao servidor responsável pela carga do bem para encaminhar para a análise da comissão de baixa e alienação

(CABA). Caso seja realizada a baixa patrimonial com posterior descarte, será concomitante aos procedimentos da Divisão de Patrimônio dos Campi - DIPAT e da Comissão Permanente de Apoio a UTFPR Sustentável

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esse estudo mostrou que a contratação é viável uma vez que irá contribuir com a manutenção do patrimônio público aumentando a vida útil dos equipamentos, e consequentemente com um ensino público gratuito de qualidade, assim como o desenvolvimento de pesquisas e extensão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREINE ALINE ROOS

Membro da comissão de contratação

MARCI EWERLING

Membro da comissão de contratação

RODRIGO DALL AGNOL

Membro da comissão de contratação

ALEXANDRO MARCELO ZACARON

Membro da comissão de contratação

JANIEL DE OLIVEIRA FERREIRA

Membro da comissão de contratação

THIAGO DESTRI CABRAL

Membro da comissão de contratação

FELIPE WALTER DAFICO PFRIMER

Presidente da Comissão de Contratação



*** MINUTA ***

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)
CONTRATANTE (UASG 153029)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90017/2025

PROCESSO SEI 23064.041047/2025-41

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2025 QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (órgão) contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23064.041047/2025-41 e em observância às disposições [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90017/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados com fornecimento de peças, ambos sob demanda, de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos laboratoriais relacionados com as áreas da química, biologia, alimentos, agrárias, ambiental, eletrônica, civil, mecânica, computação e afins, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para os Campi da UTFPR - Medianeira/PR, Santa Helena/PR e Toledo/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital nº 90017/2025 e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Descrição do item	CATSER/CATMAT	Unidade de Medida	Quantitativo estimado Total	Valor médio unitário	Valor total do item	Valor estimado Total do Grupo
1	1	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de uso doméstico.	16314	Hora técnica	120	R\$ xx	R\$ xx	
		Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de uso doméstico. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na	619311					

	2	proposta.		Unidade	120	R\$ 200,00	R\$ 24.000,00	R\$ xx
2	3	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de instrumentação eletrônica.	16314	Hora técnica	60	R\$ xx	R\$ xx	R\$xx
	4	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de instrumentação eletrônica. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	45	R\$ 200,00	R\$ 9.000,00	
	5	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos didáticos de automação e controle.	16314	Hora técnica	60	R\$ xx	R\$ xx	
	6	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de automação e controle. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	40	R\$ 200,00	R\$ 8.000,00	R\$ xx
4	7	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Kits didáticos de eletrônica e robótica.	16314	Hora técnica	60	R\$ xx	R\$ xx	R\$ xx
	8	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Kits didáticos de eletrônica e robótica. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	35	R\$ 200,00	R\$ 7.000,00	
5	9	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC.	16314	Hora técnica	90	R\$ xx	R\$ xx	
		Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC.	621690					

	10	Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.		Unidade	55	R\$ 200,00	R\$ 11.000,00	R\$ xx
6	11	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos Energéticos.	16314	Hora técnica	490	R\$ xx	R\$ xx	R\$ xx
	12	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos Energéticos. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	330	R\$ 200,00	R\$ 66.000,00	
7	13	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos didáticos de audiovisual.	16314	Hora técnica	160	R\$ xx	R\$ xx	R\$ xx
	14	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de audiovisual. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	200	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00	

1.3. Estimativas de consumo individualizadas por órgão gerenciador:

Grupo	Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quantitativo estimado Medianeira/PR	Quantitativo estimado Santa Helena/PR	Quantitativo estimado Toledo/PR	Quantitativo estimado Total
1	1	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de uso doméstico	Hora técnica	80	40	0	120
	2	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de uso doméstico	Unidade	80	40	0	120
	3	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos	Hora técnica	30	0	30	60

2	de instrumentação eletrônica					
	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em					
3	Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de instrumentação eletrônica	Unidade	25	0	20	45
	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em	Hora técnica	30	0	30	60
4	Equipamentos didáticos de automação e controle					
	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em					
5	Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de automação e controle	Unidade	20	0	20	40
	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em	Hora técnica	30	0	30	60
6	Kits didáticos de eletrônica e robótica					
	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em					
7	Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Kits didáticos de eletrônica e robótica	Unidade	20	0	15	35
	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em	Hora técnica	60	0	30	90
8	Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC					
	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em					
9	Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC	Unidade	40	0	15	55
	Serviço De Manutenção Preventiva E	Hora				

6	11	Corretiva Por Demanda em Equipamentos Energéticos Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em	técnica	300	40	150	490
	12	Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos Energéticos Serviço De Manutenção Preventiva E	Unidade	150	30	150	330
7	13	Corretiva Por Demanda em Equipamentos didáticos de audiovisual Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em	Hora técnica	30	30	100	160
	14	Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de audiovisual	Unidade	50	50	100	200

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, com início em ____/____/____ e término em ____/____/____, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

f) Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor estimado total anual da contratação é de R\$ (.....), sendo:

5.1.1. Para o Campus Medianeira/PR, o total de R\$ (.....);

5.1.2. Para o Campus Santa Helena/PR, o total de R\$ (.....);

5.1.3. Para o Campus Toledo/PR, o total de R\$(.....);

5.1.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.2.1. Os quantitativos serão requisitados conforme a necessidade de cada campus.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____.

7.2. Após o interregno de um ano, se o contrato for prorrogado, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice *IPCA* (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

- 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.9.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, se for o caso e, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los,

caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo [Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008](#);

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E PEÇAS

11.1. A prestação de garantia do serviço e peças da presente contratação está prevista conforme regra constante do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.6.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos

termos do [inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade: 153029/15246;

II - Fonte de Recursos 10000000000;

III - Programa de Trabalho: 229597];

IV - Elemento de Despesa: 3390.39;

V - Plano Interno: M20RKG0100J;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Toledo/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE
(Assinatura eletrônica)

TESTEMUNHAS:

1 - xxxxx

(Assinatura eletrônica)

2 - xxxxx

(Assinatura eletrônica)

[Assinatura da autoridade competente]



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **RAFAEL PEDRINI, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 11/09/2025, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5195814** e o código CRC (and the CRC code) **7EC4740A**.



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2025

SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Processo Administrativo nº 23064.041047/2025-41

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida no endereço _____, para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados com fornecimento de peças, ambos sob demanda, de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos laboratoriais relacionados com as áreas da química, biologia, alimentos, agrárias, ambiental, eletrônica, civil, mecânica, computação e afins, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para os Campi da UTFPR - Medianeira/PR, Santa Helena/PR e Toledo/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital nº 90017/2025 e seus anexos.

Grupo	Item	Descrição do item	CATSER/CATMAT	Unidade de Medida	Quantitativo estimado Total	Valor médio unitário	Valor total do item	Valor estimado Total do Grupo
1	1	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de uso doméstico.	16314	Hora técnica	120	R\$ xx	R\$ xx	
	2	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de uso doméstico. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	619311	Unidade	120	R\$ 200,00	R\$ 24.000,00	R\$ xx
2	3	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de instrumentação eletrônica.	16314	Hora técnica	60	R\$ xx	R\$ xx	
	4	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de instrumentação eletrônica. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	45	R\$ 200,00	R\$ 9.000,00	R\$xx
3	5	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos didáticos de automação e controle.	16314	Hora técnica	60	R\$ xx	R\$ xx	
		Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de						

	6	automação e controle. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	40	R\$ 200,00	R\$ 8.000,00	R\$ xx
4	7	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Kits didáticos de eletrônica e robótica.	16314	Hora técnica	60	R\$ xx	R\$ xx	
	8	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Kits didáticos de eletrônica e robótica. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	35	R\$ 200,00	R\$7.000,00	R\$ xx
5	9	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC.	16314	Hora técnica	90	R\$ xx	R\$ xx	
	10	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos de manufatura aditiva ou CNC. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	55	R\$ 200,00	R\$ 11.000,00	R\$ xx
6	11	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos Energéticos.	16314	Hora técnica	490	R\$ xx	R\$ xx	
	12	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos Energéticos. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	330	R\$ 200,00	R\$ 66.000,00	R\$ xx
7	13	Serviço De Manutenção Preventiva E Corretiva Por Demanda em Equipamentos didáticos de audiovisual.	16314	Hora técnica	160	R\$ xx	R\$ xx	R\$ xx
	14	Peças De Reposição Por Demanda Para Uso Em Conjunto Com Os Serviços De Manutenção de Equipamentos didáticos de audiovisual. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	621690	Unidade	200	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00	R\$ xx

Valor unitário = R\$ (... por extenso....).

Valor global = R\$ (... por extenso).

Declaro estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão de obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Prazo de validade da proposta: xx (xxxx) dias (**mínimo 60 dias**).

Dados bancários:

Banco: xxx

Agência: xxx

Conta Corrente: xxx

Cidade, DIA de MÊS de ANO.

Nome completo (sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante)

(Nº Cédula de Identidade)

(Nº do CPF)

[Assinatura da autoridade competente]



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **RAFAEL PEDRINI, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 11/09/2025, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5195869** e o código CRC (and the CRC code) **78DDBD08**.

Referência: Processo nº 23064.041047/2025-41

SEI nº 5195869



ANEXO IV

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2025

SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Processo Administrativo nº 23064.041047/2025-41

Atesto para fins de habilitação no Pregão Eletrônico Nº. 90017/2025, que a empresa CNPJ:, situada no endereço, visitou as instalações da **UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Campi(us) (Medianeira/PR e/ou, Santa Helena/PR e/ou, Toledo/PR)**, para conhecer as peculiaridades dos serviços objeto da licitação.

Local, de de 2025.

CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Empresa Licitante: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

UTFPR

Campi Medianeira/PR, Santa Helena/PR, Toledo/PR

Assinatura do servidor responsável

SIAPE nº

[Assinatura da autoridade competente]



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **RAFAEL PEDRINI, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 11/09/2025, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5195891** e o código CRC (and the CRC code) **7712B633**.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA TÉCNICA

Declaro, para para fins de comprovação junto à Comissão Permanente de Licitação, que a empresa CNPJ:, situada no endereço, renuncia ao direito de participar da Vistoria Técnica para inspeção dos locais onde serão executados os serviços na **UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Campi Medianeira/PR, Santa Helena/PR e Toledo/PR**, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, informações necessárias para a elaboração de sua proposta para o Pregão Eletrônico N°. 90017/2025.

Desta forma, não alegaremos o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para nos eximir das obrigações assumidas, ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto, caso sejamos a licitante contratada, conforme orientação do [inciso VI do Art. 67 da Lei nº. 14.133/2021](#).

Medianeira, de de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante
CPF nº

[Assinatura da autoridade competente]



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **RAFAEL PEDRINI, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 11/09/2025, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5195901** e o código CRC (and the CRC code) **ADD29720**.